

CONTRATO

Contrato de concessão para exploração de serviços públicos de abastecimento de água e esgotos sanitários que entre si fazem o Município de BREJO DA MADRE DE DEUS - PE, no Estado de Pernambuco, e o Saneamento do Interior Pernambucano S.A. - SANEPE.

Aos 23 dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e nove, o Município de BREJO DA MADRE DE DEUS, Estado de Pernambuco, representado neste ato pelo seu Prefeito, Sr. MARIO FALCÃO, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 22 de 12 de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e oito (1968), doravante denominado simplesmente Município e o Saneamento do Interior Pernambucano S.A., doravante denominado SANEPE, representado pelo seu Diretor Presidente, Engº. Miguel Angelo Breckenfeld Lopes Afonso, presentes na sede do (a) SANEPE resolveram firmar o presente Contrato de Concessão dos serviços de Abastecimento de água e de esgotos sanitários no Município, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª - O Município de BREJO DA MADRE DE DEUS, nos termos da Lei Municipal nº 22 de 12 de outubro do ano de 1968, concede à SANEPE os direitos exclusivos da exploração dos serviços de abastecimento d'água e esgotos sanitários em todo território Municipal, pelo prazo de cinquenta (50) anos a partir desta data, ficando a concessão renovada automaticamente por mais trinta (30) anos se nenhuma das partes o denunciar com antecedência mínima de um (1) ano.

CLÁUSULA 2ª - A SANEPE explorará industrialmente os serviços referentes na cláusula anterior, diretamente ou mediante Contrato celebrado com entidades públicas ou privadas.

CLÁUSULA 3ª - Os recursos consignados nos orçamentos Federal, Estadual e Municipal e aqueles oriundos da SUDENE, bem assim as contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, para a execução de obras e serviços de água e esgotos sanitários, serão entregues à SANEPE, que poderá executar os serviços diretamente ou contratá-los com entidades públicas ou privadas.

Parágrafo Único - A SANEPE fica autorizada a receber os recursos a que se refere esta cláusula, cabendo-lhe tomar as providências necessários para a sua liberação e integral aplicação.

CLAUSULA 4ª - Para a construção ou ampliação dos dois sistemas, poderá a SANEPE realizar operações de crédito com entidades financeiras nacionais ou internacionais.

CLAUSULA 5ª - Quaisquer obras a serem executadas nos serviços ora concedidos, visando ampliações e melhoramentos, serão previamente projetadas e orçadas pela SANEPE, com os recursos que para tal fim fôrem destinados.

Parágrafo Único - Sempre que tais obras resultarem de solicitações do Município, deverá este último prover os recursos necessários, de acordo com o projeto e orçamento elaborado pela SANEPE.

CLAUSULA 6ª - A SANEPE se obriga a operar o sistema dentro das condições técnicas do projeto, salvo em caso de acidente imprevisível, que deverá, no tempo oportuno, ser levado ao conhecimento do Município, a fim de que, em comum acordo, sejam tomadas as providências para a normalização do abastecimento público.

CLAUSULA 7ª - O acervo constituídos pelos equipamentos, obras, tubulações, imóveis e outros bens existentes no Município e de sua comprovada propriedade, a serem utilizados pela SANEPE nos serviços concedidos, serão restituídos ao Município:-

- a) - no fim do prazo de concessão;
- b) - no caso de rescisão do Contrato;
- c) - no caso de liquidação da SANEPE.

CLAUSULA 8ª - Os bens constituídos por obras, equipamentos, tubulações, imóveis e outros bens que pertencerem ao Município, na data em que entrar em vigor este Contrato e destinados ao serviço de abastecimento d'água ou ao sistema de esgotos sanitários, passarão ao domínio útil da SANEPE e a sua incorporação, mediante participação societária do Município, far-se-á após a sua exata descrição e avaliação, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 2.627 de 25/04/1949, dentro do prazo máximo de 12 meses.

CLAUSULA 9ª - Os bens de que trata a cláusula anterior, findo o prazo de concessão e não sendo este prorrogado, ou em caso de rescisão do Contrato, serão restituídos ao Município, como reembolso das ações por ele subscritas em decorrência da incorporação de tais bens ao patrimônio da SANEPE, sem qualquer indenização pela sua depreciação natural.

Parágrafo Único - Ocorrendo uma das duas situações previstas nesta cláusula, o Município indenizará a SANEPE, em moeda corrente, pelos valores reais dos investimentos que tenham sido feitos pela SANEPE ou os que tenham sido feitos sob a forma de participação societária pelo Governo Estadual, através do FUNDESPE, pelo Governo Federal, através da SUDENE ou de outros Órgãos, e por qualquer outra entidade pública ou, privada, após avaliá-los por uma Comissão

de avaliação de bens, que será formada por um representante da SANEPE, um representante do FUNDESPE e um representante do Governo Municipal.

CLÁUSULA 10ª - A classificação dos serviços de água e esgotos sanitários, as tarifas respectivas e as condições para a sua concessão aos usuários serão atribuição exclusiva da SANEPE.

Parágrafo primeiro - As tarifas serão fixadas em termos de percentuais sobre o salário mínimo vigente no Recife, de modo que a receita atenda à amortização do investimento, ao pagamento dos custos de operação e manutenção e à formação de reservas para o financiamento da expansão dos serviços.

Parágrafo Segundo - A taxa mínima do serviço de água, para consumidores domiciliares, não poderá ser superior a 5% do salário mínimo vigente no Recife, para o consumo mensal de 15 m³.

Parágrafo Terceiro - O consumo de água dos edifícios, torneiras públicas, jardins, etc., de responsabilidade do Município, será pago pela tarifa domiciliar.

Parágrafo Quarto - As taxas dos serviços de esgotos sanitários serão fixadas em função do consumo de água.

CLÁUSULA 11ª - A SANEPE arrecadará as importâncias devidas pela prestação dos seus serviços.

CLÁUSULA 12ª - A SANEPE efetuará os cortes das ligações dos consumidores que atrasarem por mais de 30 (trinta) dias o pagamento das tarifas devidas.

Parágrafo Único - O pagamento das tarifas, não efetuados dentro do prazo de 15 (quinze) dias seguintes à apresentação da conta, será acrescido da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da importância devida.

CLÁUSULA 13ª - Caberá à SANEPE promover a desapropriação de bens particulares, declarados de utilidade pública, necessários à execução de obras ou serviços de sua atribuição.

Parágrafo Único - Caberá ao Prefeito Municipal ou ao Governador do Estado, mediante decreto, declarar, para efeito de desapropriação, ser o bem de utilidade pública.

CLÁUSULA 14ª - O Município executará, por solicitação da SANEPE, os serviços de sua alçada que se tornem necessários para a proteção dos elementos dos dois sistemas.

CLÁUSULA 15ª - O Município se obriga a impedir, por meio de legislação adequada e fiscalização efetiva, qualquer obra ou atividade que venha a pôr em perigo um ou mais elementos dos dois sistemas, com especial atenção às obras e atividades que possam causar contaminação do sistema de abastecimento d'água.

CLÁUSULA 16ª - O Município se obriga a conceder através de Lei a isenção de todos os impostos, taxas e tributos Municipais, de qualquer natureza, que in

cidam sobre bens e serviços da SANEPE.

CLAUSULA 17ª - O Município executará a recomposição da pavimentação das ruas danificadas em virtude das obras de construção de ramais domiciliares, comerciais ou industriais, cobrando se julgar conveniente, o seu custo diretamente dos beneficiados pelos serviços. No caso da recomposição no pavimento das ruas danificadas em consequência de vazamentos ou estouramentos da rede distribuidora, o Município efetuará os serviços, cobrando o seu custo à SANEPE.

CLAUSULA 18ª - No caso de ser necessário fazer alterações no nivelamento das ruas ou nos seus traçados, que exijam correspondentes alterações ou remoções de canalizações, as despesas com tais serviços e obras correrão por conta do Município ou dos interessados em tais alterações.

CLAUSULA 19ª - Não será fornecida água, nem serão prestados serviços de esgotos sanitários, gratuitamente, a nenhum prédio ou propriedade pública ou privada.

CLAUSULA 20ª - As taxas e tarifas devidas pelo Município, por serviços prestados pela SANEPE, serão pagas dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à apresentação das respectivas contas.

Parágrafo Primeiro - Será da responsabilidade do Município o pagamento das contribuições devidas por banheiros, lavandarias, fontes, torneiras públicas, bem como as devidas pelos ramais de esgotos sanitários que sirvam a estas e a quaisquer outras instalações sanitárias de uso público, que estejam sob controle administrativo Municipal.

Parágrafo Segundo - O Município oferecerá em caução as suas ações subscritas na SANEPE e respectivos dividendos como garantia das obrigações assumidas neste Contrato, especialmente quanto ao pagamento correspondente aos serviços prestados pela SANEPE.

CLAUSULA 21ª - A SANEPE não se responsabilizará pelas interrupções do fornecimento de água ou do funcionamento do serviço de esgotos sanitários, decorrentes de motivos de força maior, tais como: greves, inundações, acidentes, incêndios, comoção pública, guerra, etc.

CLAUSULA 22ª - Caberá à SANEPE o direito de inspecionar as instalações hidráulicas e sanitárias dos prédios ou propriedades a serem ligados à rede de esgotos sanitários, podendo recusar a concessão dos serviços àqueles cujas instalações não preencherem as condições necessárias à garantia da sua adequada utilização.

Parágrafo Único - Caberá ainda à SANEPE aprovar, na parte concernente às instalações hidráulicas e sanitárias, os projetos dos prédios a serem construídos, bem como fiscalizar a execução de tais instalações.

CLAUSULA 23ª - A SANEPE não se obriga pelo pagamento de quaisquer débitos contraídos pelo Município.

CLÁUSULA 24ª - A SANEPE manterá no Município um Escritório para administração dos serviços locais.

CLÁUSULA 25ª - A SANEPE poderá reinvestir no Município, na medida das necessidades, até cinquenta por cento dos lucros líquidos nele obtidos com a exploração dos serviços concedidos.

CLÁUSULA 26ª - É concedido à SANEPE o direito de exclusividade para a exploração de sistemas completos de água e de esgotos sanitários em qualquer distrito ou vila do Município.

CLÁUSULA 27ª - A SANEPE não poderá transferir a concessão sem prévia autorização do Município e do Governo Estadual através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos (SOSP).

CLÁUSULA 28ª - A SANEPE poderá utilizar os terrenos de domínio público e estabelecer as servidões nos mesmos através das estradas, caminhos e vias públicas, submetendo-se todavia aos regulamentos administrativos.

CLÁUSULA 29ª - Poderá a SANEPE estabelecer servidões permanentes ou temporárias exigidas para as obras que tiver de exercer.

CLÁUSULA 30ª - Este Contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, nos seguintes casos:

- a) - mútuo acordo entre o Município e a SANEPE;
- b) - inadimplemento de suas cláusulas;
- c) - liquidação da SANEPE;
- d) - por comprovado interesse público.

E, por estarem assim justos e contratados, mandaram lavrar o presente instrumento em ^{três (3)} ~~cinco (5)~~ vias de igual teor que assinam juntamente com as testemunhas abaixo, estando o mesmo isento de selo "ex-vi-Legis", ficando eleito o fôro da cidade do Recife, renunciando as partes, desde já, a outro qualquer.

Recife, 23 de setembro de 1969.

Maurício Lapa
Prefeito Municipal

M. S. Benfedita
Diretor-Presidente da SANEPE.

TESTEMUNHAS:

Cloris d'Amuniz

Paulo Benedita